

## **7** **Análise das entrevistas**

### **7.1** **Considerações iniciais**

Este capítulo procura tratar das análises e interpretações possíveis dos depoimentos coletados nas entrevistas realizadas com 13 educadores ambientais que ocupam espaços de liderança formais (nas estruturas de governo) e formal (na REBEA). A escolha dos entrevistados, como foi dito anteriormente, obedeceu a critérios de pesquisa definidos no escopo desta investigação. O principal objetivo foi identificar nos discursos dos entrevistados conteúdos que possibilitassem recolher elementos para análise dos fenômenos da institucionalização da EA no Brasil, a partir dos movimentos de constituição das legislações federais (Lei e Decreto), da inserção e consolidação dos espaços governamentais em âmbito federal, destacando a participação da REBEA neste processo. Enfim, o instrumento da pesquisa foi elaborado para buscar possibilitar a compreensão do processo de institucionalização da EA no Brasil, seus protagonistas e coadjuvantes, movimentos, pontos de tensão e consenso entre os educadores e expectativas com relação ao campo da EA a partir dos setores eleitos para esta pesquisa e representados pelos entrevistados.

Sendo assim, os depoimentos foram recolhidos entre educadores ambientais membros de três grupos distintos. O primeiro é constituído de três indivíduos integrantes de instâncias do governo federal sendo dois da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério de Meio Ambiente (DEA/MMA) e um membro da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC). Vale lembrar que nos capítulos 1 e dois, discutimos a composição destas estruturas governamentais correlacionando seu estabelecimento com os processos históricos da EA brasileira. Já o segundo grupo é constituído de seis membros facilitadores da REBEA e colaboradores da atual secretaria executiva. O terceiro e último grupo é constituído de quatro indivíduos não facilitadores da REBEA e com posições distintas da atual secretaria executiva.

## 7.2 Trajetórias dos educadores ambientais (protagonistas e coadjuvantes)

A análise da formação e da trajetória dos educadores ambientais, bem como de seu campo de atuação tem sido frequentemente alvo de muitos estudos. Pode ser considerada uma área de estudos particular na educação ambiental. Podemos encontrar diversas referências sobre esta temática no campo da educação ambiental, desde trabalhos em eventos, dissertações, teses e inclusive publicações destinadas especificamente à compreensão do fenômeno de consolidação do campo e das trajetórias da educação ambiental. Como por exemplo, Pedrini *et all* (1998) Carvalho (2001), Reigota *et all* (2003), Guimarães (2004), entre inúmeros outros.

A análise das motivações e interesses na trajetória dos profissionais que migraram para a EA também tem sido um aspecto relevante em alguns estudos como Tamaio (2007), Sorrentino (2001). Também me interessei por esta perspectiva na ocasião de minha dissertação de mestrado, Sánchez (2001) onde analisei a influencia da trajetória de educadores ambientais na construção de representações sociais sobre o seu contexto de atuação e sobre o próprio conceito de EA. Retomar a questão aqui, de certa forma, por outro ângulo representa uma continuidade e um amadurecimento a respeito de um eixo de preocupações sobre este grupo social.

A questão da trajetória e da formação do educador ambiental, enquanto um sujeito ecológico foi profundamente analisada por Carvalho (2001) na tentativa de exemplificar a sua hipótese de construção do *campo* ambiental, conceito elaborado a partir de Bourdieu (1989). Para a autora a construção do campo ambiental se dá através de uma dinâmica de tensões, articulações e movimentos particulares, que se configuram a partir das relações entre os sujeitos deste campo, que seriam os sujeitos ecológicos:

*“assim, o campo ambiental se constitui necessariamente engajada na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável o meio ambiente ideal. Considerando o caráter criativo “ficcio” do sentido, poderíamos*

*traduzir a organização desse campo social como um processo de invenção do ambiental e do correlato, o sujeito ecológico, em torno dessa problemática fundamental no campo ambiental vão se produzir uma visão de mundo, um circuito de produção de conhecimento, um espaço de comunicação e uma arena de ação, a invenção do ambiental pelo conjunto de movimentos, associações, corpo de especialistas, publicações, estilos de ação política de seus militantes, vocabulário próprio, forma de pensar, etc. é ao mesmo tempo resultado e causa da estruturação do campo que para afirmar-se como sistema simbólico eficaz e estruturante de sentidos na sociedade.” (p.37).*

A abordagem de Carvalho é coerente com o que tem sido apontado por outros autores, em especial Santos (2005), como parte das características presentes no que o autor chama de “novos movimentos sociais”. O autor defende a idéia de que os novos movimentos sociais são responsáveis pela criação de um novo paradigma na era da pós-modernidade. O projeto da modernidade deveria caracterizar-se pelo equilíbrio entre regulação (por parte do Estado) e emancipação (por parte da sociedade). Santos(*op.cit*), então, aponta para o fato de os novos movimentos sociais serem os responsáveis pela mediação da emancipação junto ao Estado regulador. Configurando-se, assim, um novo paradigma social em que a cultura e a qualidade de vida ganham importância, denunciando os excessos de regulação e as novas formas de opressão resultantes das relações de produção, ou seja, estes movimentos seriam “o campo privilegiado de luta por um mundo melhor” (p.87).

Este é um ponto importante em nossa análise uma vez que nossos entrevistados, inclusive os que atuam na esfera governamental/estatal possuem suas origens nas militâncias ambientalistas, ou seja, nas ongs e movimentos sociais relacionados ao meio ambiente. Aliás, Dias (2001) chama atenção para o fato de que o movimento ecológico é uma das principais vertentes dos chamados “novos movimentos sociais”. Para o autor, estes movimentos se caracterizam por uma nova forma de fazer política e de se situarem enquanto sujeitos sociais. Nestas novas configurações políticas estes movimentos posicionam-se de maneira distinta dos movimentos populares. Para o autor que desenha uma arqueologia

dos movimentos sociais:

*“A condição de sujeito de um novo modo de fazer política dos novos movimentos sociais, tem seu maior emblema na “afirmação positiva” de suas atividades transparentes centradas na “ação – coletiva.” A visibilidade das ações está presente em diferentes espaços: em pequenos grupos descentralizados que escolhem o próprio modo de participação nos espaços públicos e coletivos; em espaços globais, na mídia, e, portanto, fazendo parte de nossas experiências do dia-a-dia. Faz-se presente também no elenco de temas para discussões no campo acadêmico e, o que é mais relevante, orientando políticas em agendas públicas” (Sturgeon 1995: 35 apud Dias 2001, p.2).*

O autor prossegue:

*“Ao lado dessa onipresença, a eficácia política dos movimentos requer não somente que os seus ativistas mudem o próprio modo de pensar, mas que o êxito da prática resulte da mudança do modo de pensar das pessoas (como se dá, por exemplo, nas relações de gênero e nos movimentos ambientalistas). Esses sujeitos do novo modo de fazer política surgem ao longo das mudanças que se dão na década de 60, nos Estados Unidos e Europa. Têm como ponto de partida os movimentos estudantis, protestos antiguerra no Vietnã, a liberação feminina, aos quais se seguiram outros mais recentes: ambientalismo, antimilitarismo e liberdade sexual. (Dias, op.cit, p.2).*

Ainda antes de apresentar os depoimentos dos entrevistados é importante lembrar o estudo de Carvalho *op.cit*, onde a autora analisa a trajetória de educadores ambientais, defendendo a idéia de que haveria três gerações de educadores ambientais. E que a EA seria um processo recente no Brasil. Assim, poderíamos mapear estas trajetórias em três estágios: o primeiro, de fundadores que seriam aqueles que *“participaram do contexto fundacional no qual a questão*

*ambiental como debate e ação organizada na esfera pública com tema de interesse e relevância para a sociedade*”. (p.76). Para a autora, estes educadores teriam na ocasião de seu estudo (2001) mais de 55 anos. Depois a primeira geração pós-fundadores, que seriam educadores com trajeto acadêmico, profissional e político no campo da EA que teriam entre 35 e 55 anos e a terceira geração, que seria de educadores com até 35 anos.

De acordo com este estudo de Carvalho (*op.cit*), os educadores ambientais entrevistados em nossa amostra são um grupo de profissionais situados na primeira geração pós-fundadores. Analisando suas trajetórias, com o objetivo de perceber como cada um dos entrevistados participou e atuou na construção da REBEA, que é realizada em 1991, e dos processos de institucionalização e legalização da EA que também se situam nos anos 90, identificamos que nossa amostra é constituída de profissionais que possuem origens diversas, sendo que a maior parte, teve sua entrada no campo através da área acadêmica. Encontra-se este perfil, em especial, entre os integrantes das instâncias governamentais federais.

Os integrantes do governo federal entrevistados são dirigentes governamentais, ocupam cargos de confiança e todos foram indicados para os cargos ocupados. As motivações iniciais destes profissionais em EA, também estão relacionadas a experiências políticas na militância junto ao segmento ambientalista. Os seus nomes serão mantidos em sigilo, mas para explicitar como e posiciona, serão nomeados pelas letras: E (entrevistado) seguido de um número que os diferenciam entre si e da letra G(governo).

Entre os facilitadores e não facilitadores da REBEA, a designação será E (entrevistado), seguido do número que os diferencia e R (REBEA), seguido de P (atuais membros da secretaria executiva, posição), e O (antigos e ex-membros da secretaria executiva da REBEA, oposição). Neste primeiro grupo, ou seja, ERP, encontramos profissionais de perfil acadêmico em sua maioria, mas há entre os entrevistados deste setor, (em menor frequência) menos experiência na militância ambientalista ou em outros movimentos sociais e principalmente com vivência político-partidária, fato que os diferencia em termos de posicionamento junto aos segmentos politizados da EA. Esta diferença se evidencia nos depoimentos abaixo:

*“Fiz curso normal, pouco tempo, fiz Biologia, Pedagogia, Especialização em Docência Superior, no Mestrado já em Educação e Especialização em Educação Ambiental, porque queria trabalhar em educação ambiental, mas no Rio de Janeiro não existia, na época e não existe ainda Mestrado específico em educação ambiental, na Educação consegui fazer a dissertação em Educação Ambiental... Depois disso eu achei que valia a pena continuar investindo e fui para o... programa de Doutorado... E foi assim que entrei no campo da EA, mais tarde me envolvi com a REBEA” (E1. R.P.).*

*“eu comecei meu envolvimento com a EA muito com a preocupação de estar dentro da academia e de perceber que a universidade tinha perdido completamente seu vínculo com a sociedade, né?...não estava mais exercendo o seu papel de devolver os saberes produzidos na academia, para a sociedade, de fazer essa interface da academia com a sociedade. então eu tive primeiro de empresa, em empresa de consultoria...trabalhando a EA numa grande empresa, mas realmente que meu desejo eu vi que era de fazer a interface da academia com a sociedade e eu acho que a EA faz isso muito bem”.(E.2.R.P).*

*“Antes eu fiz alguns anos de Letras, também fiz Geografia, mas não concluí(...).eu conclui depois, jornalismo(...) entrei na área do meio ambiente como ativista, no movimento ecológico(...), comecei a trabalhar com a questão ambiental ao mesmo tempo eu trabalhava como assessora parlamentar de um deputado estadual, na verdade comecei a trabalhar a questão ambiental no gabinete(...) o deputado era do antigo PMDB (...)e eu comecei a participar e a partir daí não parei mais de trabalhar no movimento, antigamente não tinha essa questão da educação ambiental, colocada em um campo específico como é hoje e antigamente a ONG ela tatuava um espaço tudo do politicamente não com prestação de serviço, que hoje a ONG tatua a maior parte*

*do mercado, na verdade vendendo serviço e fazendo projetos. Antigamente a gente fazia política, hoje a gente trabalha no mercado, foi uma perda muito para a sociedade brasileira” (E.5 R O).*

*“Minha trajetória começa na universidade, na USP, em São Paulo, isso foi em 87, aproximadamente, temos aí um bom tempo 15, 16 anos, comecei no movimento estudantil, depois eu fui atuar numa organização não governamental na região Norte de São Paulo... aí eu ingressei nessa ONG, e foi aí que eu comecei e se chamava Resistência Verde (...). Depois eu atuei na Comissão de Meio Ambiente da CUT e depois eu atuei também Comissão de Meio Ambiente do PT – Partido dos Trabalhadores. Depois eu fui convocado, na época pela prefeita Luiza Erundina, que venceu um a eleição e eu fui Coordenador de Educação Ambiental de toda a rede municipal de Educação Ambiental. Professor Paulo Freire era meu superior na época, e eu era (...) supervisor da rede na área de Meio Ambiente.*

*Depois eu trabalhei na ONG (...)Depois eu viajei para Brasília (...) para o Governo Federal, essa é uma longa história! Nessa época terminei meu doutorado. ”(E.3.G)*

*“Eu me interessava muito por questões ambientais e desde pequena. Acho que devo isso ao movimento escoteiro, porque sou bandeirante. Então mexeu muito comigo e depois eu tive um contato bastante grande, quando eu tinha mais ou menos 18 anos, com a antroposofia, com a pedagogia (...), em São Paulo, com a escola [...], aí eu comecei a enveredar, isso nos anos 70, eu acabei tendo contado com livros da Rachel Carlson e com o clube de Roma e fiquei vegetariana (...). E daí por diante acabou entrando nos anos 90 uma dimensão mais política da educação ambiental, porque até então eram experiências*

*minhas, era uma percepção pessoal e depois se tornou uma percepção de grupo porque eu já atuava em Ongs e no movimento ambientalista de São Paulo (...). E começou a entrar em mim uma dimensão mais política, só nos anos 90, que foi com a Rio 92, quando eu participei do Rio 92, o tratado de educação ambiental. Foi junto com a rede mulher educação. (...), e nós trabalhamos juntos na rio 92, ajudamos no Tratado (...) Depois da Rio-92, a própria Moema falou que precisávamos construir uma ONG de educação ambiental e foi aí que a gente criou o Ecoar, e aí que começou essa trajetória minha na política de educação ambiental.” (E1G).*

Pode-se observar que suas trajetórias pessoais realizam um movimento em muitos aspectos. Aproximam-se e distanciam-se em função de articulações, de oportunidades de trabalho, processos mais amplos. Um destes momentos de confluência da trajetória de nossos entrevistados é a Eco-92. Vale ressaltar que todos os entrevistados participaram diretamente da elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis, quando para alguns deles este é, inclusive um marco na entrada no campo da EA:

*“Eu participei todos os dias do fórum global foi um momento marcante pra mim, lá conheci as pessoas que me levaram a conhecer quem hoje trabalha comigo aqui na diretoria” (E3. G).*

*“eu tenho uma participação pequena, mas tenho, quer dizer, o que eu fiz para o Tratado foi muito pouco, mas o que aquela Tenda fez comigo foi muito” (E 4. R.O)*

*“eu lembro das articulações para o Tratado, do trabalho que a Moema (Viezzler) tinha te avisar, chamar, de juntar gente, porque eu lembro que ela ajudou de montão na organização da tenda do fórum global, da Eco, que falava do tratado... Pra mim, ali tudo ali era a EA nascendo forte em mim” (E.1.G)*

*“Essa passagem, eu acho que tem um marcador, um divisor, que tinha uma grande mudança no movimento (punk), que tinha antigamente, chamado ecológico, e que se tornou ambientalista, sócio ambiental atualmente, foi com a ECO-92.” (E.4. R O).*

Os educadores ambientais entrevistados formam, assim, um grupo de pessoas com experiências distintas, mas ao mesmo tempo similares. Elas se distanciam nos seus posicionamentos políticos, como veremos adiante, mas todas possuem *um fazer político* similar. A entrada no campo através dos movimentos ambientalistas os aproxima em muitos aspectos. A Eco-92 aparece como um momento de formação de um pensamento que estará presente na configuração dos atuais movimentos de ongs no campo ambiental.

As diferenças entre os educadores entrevistados a diversidade na construção de elementos formadores das identidades da EA e exprimem uma pluralidade e multiplicidade de possibilidades e formas de ação, atuações em EA. Tal aspecto ficará mais evidenciado ao longo das análises dos depoimentos coletados nos trechos a seguir. O que parece a esta altura, é que a EA possibilitou açambarcar diferentes trajetórias aglutinando em torno de sua práxis, diferentes perfis profissionais em torno de um projeto ideal, utópico de sociedade baseada no argumento ambientalista.

Assim, em outras palavras, apesar de muitas semelhanças como pudemos ver, as diferenças vão configurando um possível quadro de posicionamentos, posturas, expectativas, que vão coerentemente arrumando o discurso dentro de uma linha de orientação ideológica e pragmática.

Os principais pontos semelhantes estão relacionados ao trajeto multidisciplinar que os conduziram ao “porto seguro” da EA. Em nosso *corpus*, encontram-se dois geógrafos, uma pedagoga, uma pedagoga e bióloga, cinco biólogos, duas comunicólogas com habilitação em jornalismo e duas pessoas com formação universitária incompleta, haviam iniciado o curso de história e comunicação.

Este aspecto pode significar que a geração de educadores ambientais entrevistados, protagonistas do processo político que se institucionalizou tem sua origem em outros campos de atuação, ou seja, no cenário acadêmico. Em outras

palavras, a experiência acadêmica aliada à militância política em movimentos sociais, foi uma experiência importante e o traço do percurso dos entrevistados nesta pesquisa.

Outro aspecto importante da trajetória, em nossa abordagem é o que diz respeito à trajetória política de militância partidária esta fortemente presente nos integrantes das instâncias governamentais e na ala oposicionista da atual secretaria da REBEA. Os atuais membros da REBEA e seus facilitadores, por sua vez não têm trajetória político-partidária, na maior parte dos entrevistados a trajetória política que aparece nas falas acima e no depoimento a seguir:

*“A chegada de nós diretores (no governo). É a história de um grupo de pessoas que chegam (...) [ao governo], quase todos oriundos do movimento ambientalista, com uma história de vida e uma trajetória dos processos de desenvolvimento sócio-ambientais e que tem uma crença política especial de poder estar utilizando daquele espaço público, como um espaço de prática social e construção de uma política pública que permita a construção de novos paradigmas ou que contribua para poder romper a possibilidade de novas leituras e de novas visões. A nossa chegada foi um pouco traumática no início, porque você tem que compreender todo o processo burocrático e aquela entropia da máquina, que é uma coisa perversa e foi um grande aprendizado para gente. Todos nós, quase todos, temos, tínhamos algumas concepções muito (similares) no campo da compreensão da educação e foi um grande desafio entender um pouco aquela máquina, como aquilo funciona e ter a dimensão e o tamanho que é aquilo, porque é da maior responsabilidade formular e monitorar políticas públicas ambientais com essa dimensão. É que têm limites, que vai desde ordem financeira até de fundamento teórico metodológico, de construir concepção de educação ambiental. Para o país inteiro, como política pública.”*  
(E1G).

Enfim, do ponto de vista da trajetória, podemos identificar três grupos distintos entre os entrevistados. O primeiro, atores dirigentes governamentais, são educadores ambientais com experiência política, militantes, todos já ocuparam outros cargos de governo relacionados ao PT (Partido dos Trabalhadores), possuem experiência na articulação política e todos possuem também uma trajetória acadêmica bem definida, sendo pesquisadores e professores universitários, os entrevistados possuem o grau de doutor e nas páginas da internet do MEC e MMA, em uma consulta ao corpo técnico, encontramos, todos com alta qualificação o que se evidencia por profissionais mestre alguns com doutores.

O segundo grupo, os facilitadores da REBEA, simpáticos a atual secretaria executiva são profissionais com intenções acadêmicas, com pouca prática em militância político partidária, e na atual secretaria executiva e seus membros mais próximos, nenhum dos entrevistados possui experiência na militância politco-partidária e nenhum deles ocupou cargo de governo antes. São profissionais mais jovens, e, portanto, mais recentemente chegados à educação ambiental, apesar de estarem na primeira geração pós-fundadores, segundo Carvalho (2001), eles representariam uma subdivisão caracterizada pela participação política e que provavelmente tem a ver com as configurações dos novos movimentos sociais segundo Santos (2005).

Já o terceiro grupo, participantes da REBEA, com visões antagônicas a atual secretaria executiva é constituído de indivíduos com experiência na gerencia e administração da própria REBEA. São integrantes da secretaria executiva anterior e lideranças não formais da REBEA com perspectiva oposicionista a atual. Neste grupo, identifica-se experiência político-partidária de origem diferente do PT ou, quando do partido, de setores diferentes ao que está atualmente está no poder e ocupa os cargos do MMA e MEC. Neste segmento, encontramos pouca valorização dos currículos acadêmicos, sendo valorizados caracteres políticos das pessoas. Estão entre os mais velhos em idade, dos entrevistados.

Portanto a questão da trajetória dos educadores ambientais é importante para ajuda a definir o quadro esquemático que nos orientará na compreensão da institucionalização da EA no Brasil, visto que cada um dos grupos definidos irá representar um espaço de institucionalização diferente como veremos adiante.



## 7.3 As articulações entre REBEA e Governo

### 7.3.1 Movimentos Sociais e papel do Estado

Para os entrevistados a articulação entre REBEA e governo federal possui diferentes perspectivas de acordo a posição em que ocupam. Há uma certa ambigüidade com relação às aproximações entre governo e sociedade. Parte desta ambigüidade se deve ao fato de que todos os indivíduos que hoje se encontram no governo federal ocupando espaços e cargos de liderança, têm suas trajetórias no campo a EA, atravessadas pela criação da REBEA. Todos participaram da formação da REBEA e estiveram presentes e atuantes na rede em seu início, principalmente, afastando-se ao irem para o ministério:

*“Eu participo da REBEA enquanto eu ainda estou no Rio, né? Quando eu vim pra cá (ministério) eu começo até a me distanciar um pouquinho do diálogo mais constante com as redes, as duas principais que eu interajo que é a rede do Rio e a REBEA. Por que de alguma forma, assim, se você quer se expressar, se colocar pessoalmente que é o espaço das redes, porque governo também faz parte da rede, rede não é só movimento social, mas de qualquer forma sua voz pode ser identificada como voz portadora de poder, tem significados que tem uma certa simetria né? Então eu preferi ficar um pouquinho mais distante um pouquinho mais na berlinda pra não interferir muito, Por que aquela história agente tem ainda aquela história de sociedade contra governo de sociedade distante de governo... então pra evitar qualquer tumulto, qualquer possibilidade de interpretações duplas eu fiquei um pouquinho mais ausente” (E.2.G).*

Nesta fala podemos observar a ambigüidade, está presente também o local institucional que estes indivíduos transitam, que é um espaço de mediação muitas vezes, entre governo e sociedade. Este movimento faz sentido em muitos

aspectos: em primeiro lugar, porque os indivíduos que ocupam os cargos governamentais federais são oriundos do movimento ambientalista. Em segundo lugar, porque as articulações que começam a ser pensadas no âmbito do estado são coerentes com o momento em que vivemos, quando o Estado passa a assumir um outro papel, passaria a assumir o papel de Estado mediador.

Esta é uma janela para observar como o processo de institucionalização da EA brasileira acontece em conjunto com o que se vem discutindo em torno da redefinição dos papéis do Estado no contexto pós-moderno. Ou seja, a questão exposta neste depoimento apresenta uma imensa complexidade. A ambigüidade é quase “natural” num momento como o nosso de consolidação de processos democráticos, onde a própria idéia de democracia passa por revisões conceituais exigindo a participação ativa dos cidadãos. Neste sentido vale lembrar de Held (1995) quando aponta que no Estado contemporâneo, a tendência é que vejamos cada vez mais a coexistência do que denomina “centros de poder” e seus “sistemas de autoridade”, não cabendo apenas aos governos a legitimidade das ações sociais, assim:

*“isto não implica abandonar o estado moderno mas sim, concebê-lo como um elemento de um contexto mais amplo de condições, relações e associações políticas” (Held, 1995: 22).*

Ainda neste sentido, vale lembrar Santos, (1998) quando aponta para o fato de que:

*“Sob a mesma designação de estado está a emergir uma nova organização política mais vasta que o estado, de que o estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais” (Santos, 1998: 59).*

Neste exercício de pensar o futuro das organizações políticas, nos cabe perguntar como a REBEA se situa e é percebida pelos interlocutores das “novas instâncias de poder” ou como prefere Held (*op.cit*) “centros de poder? A REBEA

e o Governo Federal seriam centros de poder articulando-se entre si sob a égide do discurso da rede fazendo emergir um híbrido que por sua vez estaria fazendo emergir um conjunto de fluxos e outras redes tecendo entre si propostas e articulações enquanto elementos de um mesmo sistema?

Para ilustrar a formação deste cenário híbrido temos o caso do edital público FNMA 005/2007, voltado para o fomento e para a formação das redes de educação ambiental no Brasil. Este Edital patrocinou projetos e eventos promovidos pela REBEA. Inclusive, um dos principais projetos do governo Federal, em particular da DEA/MMA, que é o Programa de Enraizamento da Educação Ambiental, fato que expõe uma delicada e intrincada relação entre Rebeca e Governo, evidenciando que a Rebeca serviu de suporte para a aplicação de políticas públicas governamentais. Como podemos observar no depoimento a seguir:

*“no programa de enraizamento da EA no Brasil, cada técnico é interlocutor para um Estado, para um ente federativo (...) então ele precisa conhecer toda aquela realidade, interagir, fazer articulação, ver se consegue colocar as pessoas mais em contato, criar redes, ajudar a criar redes, ativar os CIEAs, democratizar elas e por aí vai... o ideal é que nas unidades federativas que já tenham redes, que esse enraizador seja essa pessoa que tenha essa interlocução com esse espaço coletivo maior que são as redes, então assim, pode-se ter um bom fluxo de informações transitando entre governo e sociedade” (E3G).*

Outro aspecto importante de ser ressaltado, que evidencia também este hibridismo governo/sociedade se remonta a origem da REBEA. Esta geração teve, portanto, o privilégio de participar tanto da consolidação dos movimentos sociais no campo da EA, como a fundação da REBEA, por exemplo, bem como participou também da consolidação da institucionalização formal da EA no âmbito do governo federal. Assim, na origem do movimento de fundação da REBEA pode-se notar no depoimento a seguir:

*Vários de nós aqui fazemos parte de redes e pelo menos*

*dois de nós somos aqui (...) que foram criadores da REBEA estamos desde o início desta lógica, desta cultura, então pra gente é muito claro a necessidade de fortalecer, de potencializar esse espaço todo. A gente tem uma forte parceria com a REBEA, desde 2003 tanto na gestão (anterior e atual), a gente sempre foi parceiro. O Órgão Gestor e, isso inclui também o MEC apoiou enfaticamente o V Fórum, inclusive com recursos inclusive, praticamente a equipe inteira se mobilizou, para trabalhar com apoio logístico do evento, a gente também está apoiando a edição da Revista da REBEA e estamos com parceria para criar o Canal da EA, a EA-net etc..(E2G).*

Nesta fala destacamos o caráter da idéia de “parceria”, das ações conjuntas que são quase uma continuidade entre governo e sociedade e vice-versa. Podemos observar estas ações conjuntas em projetos co-gestados e pensados de forma coletiva, a partir de diretrizes selecionadas pelo governo. O evento V Fórum de Educação Ambiental ao qual nos dedicamos no capítulo 2, é considerado um marco de articulação, mostrando uma linha quase indivisível entre Estado e sociedade civil.

Esta forma de agir política é alinhada com o as reflexões que alguns teóricos tem feito a respeito do papel do Estado em relação aos novos movimentos sociais e vice-versa. De certa forma, após a Rio-92, iremos notar que este aspecto de parceria entre as partes observadas tem se intensificado, como veremos um pouco mais adiante. Mas pode-se notar nesta fala que a REBEA não é destacada como um locus de reivindicações sociais, ou seja, nos depoimentos dos entrevistados membros do governo a REBEA é um *parceiro* a quem o Estado tem *apoiado enfaticamente*, pois, há uma clara continuidade de intenções e projetos comuns.

De fato, com o governo Lula, houve uma mudança na perspectiva da relação do governo com os movimentos sociais. Bava (2003) por exemplo, expunha na ocasião:

*“creio que o primeiro passo para poder discutir o tema da*

*relação da sociedade civil com o Estado, nesses novos marcos de democratização na América Latina, é recuperar a trajetória histórica [...] de construção de grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos” (Bava, 2003, p. 54).*

Através da mediação destes “*grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos*”, e podemos dizer que a REBEA compreende este coletivo: “*articulou-se a sociedade civil, criaram-se os movimentos e ampliaram-se os espaços públicos de participação*” (Bava, 2003, p. 54).

Assim, havia uma idéia, destacada inclusive pelo autor, de valorização do papel das ONGs e redes de movimentos sociais no novo cenário político que começava a se configurar no país. Mas essa mediação, ressalta, deveria ser capaz de *politizar o social e socializar a política*. Isto significaria, portanto, que, de um lado, deveriam ocorrer transformações nas demandas dos grupos subalternos em políticas públicas, politizando o social. De outro lado, deve-se socializar a política, contribuindo para a transformação do indivíduo em cidadão, capaz de se engajar ativamente na construção dos seus direitos, incorporando-se a coletivos para disputar a transformação social pela via das políticas públicas.

Um dos elementos que talvez participem para este posicionamento e a construção de uma relação Rebea/governo harmônica e contínua, pode ser o grau de aproximação dos indivíduos que atuam no governo da REBEA, como vimos em seus depoimentos a Rebea não é percebida como um movimento social distante e isolado, ao contrário ela é parte da trajetória da institucionalização da EA brasileira, como podemos notar:

*“A gente começou construir a REBEA com uma série de reuniões, era na minha casa, em São Paulo, com a gente do Gambá da Bahia e das ongs de São Paulo (...) foi o começo da construção da REBEA, nós achávamos fundamental construir uma rede de educação ambiental, com o pessoal do Rio de Janeiro, a Claudia Macedo do Roda Viva, e foram por aí os encaminhamentos. E aí agente ligou a REBEA ao fórum, especificamente o fórum de EA do Espírito Santo, de Guarapari (o ápice da articulação da REBEA).*

*Mas ela começa antes, logo depois da Rio-92, e foi caminhando bem lentamente, mas em Guarapari foi o auge. (...) Depois da Rio-92, a própria Moema falou que precisávamos construir uma ONG de educação ambiental e foi aí que a gente criou o Ecoar, e aí que começou essa trajetória minha na política de educação ambiental.” (E1G).*

E de fato, esta entrevistada acabou integrando a equipe ministerial e atua no governo. Já para este outro entrevistado também do governo, a relação está presente em suas participações nos eventos de EA:

*“Eu já participei (do fórum de educação ambiental), eu lembro dos dois primeiros, que foram na PUC, em São Paulo, participei de Guarapari, participei desse último, que foi em Goiânia, (...) do quarto e quinto e agora tem o sexto, que (estão planejando) agora para o final do ano, na cidade do Rio de Janeiro.(...) A REBEA, eu sou praticamente um dos primeiros facilitadores. (...) Um dos facilitadores iniciais da REBEA. Nessa época eu estava no instituto (...) todo esse pessoal aí que faz parte desse movimento, dessa articulação. E eu vejo a (rede) como um grande avanço e a (rede) mostra o nível de conscientização dos educadores ambientais, é uma rede com uma estrutura horizontal, são canais de diálogo (...) de intercâmbio, de troca, de aprendizado. E o diálogo que tem entre a REBEA e o Governo Federal, nessa primeira gestão, houve um diálogo muito bom, eu acho que tem alguns limites, algumas implicações (...), mas eu vejo a (REBEA) como uma grande forma de articulação, de formulação, de troca” (E2G).*

Nestas falas podemos observar, por outro lado, o quanto nos movimentos iniciais da REBEA, a principal participação, é evidente, se processa em função das articulações entre os grupos ambientalistas que haviam se encontrado na ECO-92. Assim, a REBEA vai se consolidando nos movimentos pós 92, e é importante destacar que este é um período onde os movimentos sociais também estão passando por reestruturações e mudanças. Na perspectiva destes

entrevistados, as Ongs estariam nesta ocasião, passando por um processo de *profissionalização*, segundo sua perspectiva, adotando estilos de gestão que a tornariam o movimento capaz de se manter economicamente. Assim:

*“É nesse período que acontece essa grande mudança, e acontece uma outra coisa que é essa idéia de que as Ongs têm que se manter sozinha, ser sustentáveis, que antes não tinha isso, e tudo isso gera uma grande mudança.” (E.2 R.P).*

Para outro entrevistado, a questão da profissionalização das Ongs acabou também por aglutinar no campo da EA a perspectiva social e política, *politizando* a EA, que segundo sua fala, seria a característica da EA brasileira. Neste posicionamento podemos ler:

*“E eu acho que o que aconteceu a partir de 1992, essa idéia da profissionalização é muito o modelo americano de organização, de ONG, que tem essa fantasia da sustentabilidade das ONGS e a profissionalização esta muito ligado a questão da sustentabilidade e a remuneração do trabalho, porque até os anos 90 se trabalhava nas ONGS e não se ganhava nada, não era um campo de trabalho estruturado e nem uma estrutura de atuação no mercado como é hoje, era muito mais um campo de ação política. Daí com a Eco-92, aconteceu um fenômeno muito interessante no Brasil, que pessoas da esquerda entraram nas organizações dos movimentos sociais mais ligados a questão social, entraram nas organizações que eram ecologistas e daí há essa fusão que eu acho que é um avanço, que não é errado, que é a fusão da visão desse ecologismo mais ligado a conservação, com a questão social do Brasil (...) muitas lideranças, de um movimento ecológico serem de alguma forma, perderem espaço diante das organizações, o perfil das organizações mudou, ficou muito mais voltado para a questão social e entrou um pessoal que já tinha uma prática de militância de esquerda”.*

Este processo de transformação nos movimentos sociais, coerente com a perspectiva apontada acima por Bava (*op.cit*), pode ser interpretada portanto, como a forma pela qual o segmento ambientalista da EA, iniciou seus movimentos políticos, articulando-se a um projeto político maior que chega ao poder e que acaba por se alinhar e afinar a uma perspectiva sócio-política mais ampla a qual tem a ver com a construção de um Estado “pos-moderno” no termos que temos discutido neste trabalho.

Assim, podemos interpretar, voltando as nossas questões iniciais de estudo nesta pesquisa, que o processo de institucionalização da EA no Brasil só se tornou possível em função de uma intensa articulação entre governo e sociedade civil, mas ao contrário do projeto reivindicatório, muitas vezes ilegal dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, nos anos 90, o movimento ambientalista encontra a sua pauta e a sua agenda de ações e reivindicações alinhado com uma perspectiva política que havia chegado ao poder. Portanto, compreende-se a migração de antigos integrantes destes movimentos sociais, fundantes, inclusive da REBEA, para as estruturas de governo. O itinerário de vida, a trajetória, se confundem com o próprio projeto de institucionalização da EA brasileira.

Pode-se perceber neste ponto que a REBEA acabou funcionando como uma articuladora do governo junto aos outros movimentos sociais, legitimando-se cada vez mais em função das proximidades com as políticas públicas. Como o fomento as redes, em especial a própria REBEA é uma das mais fortes intenções governamentais neste setor, torna-se cada vez mais tênue também, as fronteiras entre as duas instâncias de atuação. Assim, vê-se possivelmente, a formação dos híbridos dos quais nos falamos Santos (*op.cit*), Latour(*op.cit*) entre outros.

Há um fato importante de ser mencionado que se mantém ainda encoberto, que é o fato e talvez o espaço do governamental tenha se apresentado como uma alternativa de trabalho para muitos dos profissionais que estavam nos movimentos sociais, tal fato explicaria o porque do perfil profissional dos técnicos ministeriais. Para um dos entrevistados integrantes do governo este é um aspecto positivo, pois:

*“Embora a (DEA) seja um órgão mais conhecido como responsável por uma formação de política pública, no âmbito federal, ela tem a responsabilidade de estar implementando o*

*programa nacional de educação ambiental, a maior parte dos gestores, durante a primeira fase do governo Lula que estiveram lá, também têm toda uma história, uma trajetória que foi construída nos movimentos sociais. A avaliação que eu faço disso é que isso é muito importante, por que você consegue vencer um pouco aquela entropia, que é a máquina pública.”(E3G).*

Por outro lado, um ponto importante a ser destacado é a politização do debate ambientalista, sobretudo no campo da EA. Para um dos entrevistados este movimento de politização da EA tem início neste mesmo movimento pós-92 segundo sua perspectiva:

A minha impressão era que a REBEA era despolitizada, ela era pouco consistente naquela ocasião, porque faltava foco e a dimensão política mesmo, do controle social, por exemplo, que uma rede necessariamente precisa fazer. Isso foi crescendo, acho que em parte quando a ... assumiu a secretaria executiva da REBEA é que essa dimensão política ficou muito mais aprofundada e realmente começou a funcionar.”(E1G)

Sem dúvida este movimento de *politização* da REBEA é coerente as configurações dos novos movimentos sociais e suas peculiaridades na pós modernidade. Segundo Tourraine (2003):

*“Esta sociedade civil, pelo fato de fazer reivindicações mais morais e culturais que econômicas, só pode agir em ligação com forças políticas, mas estas por sua vez, não podem confundir-se com partidos e colíseos que administram a política nacional, assim se constrói a meio caminho entre os programas políticos e as situações sociais, um conjunto de mediações simultaneamente sociais e políticas. O exemplo mais claro disso são as ongs nos países subdesenvolvidos. Elas são movimentos de opinião e até movimentos sociais, mas são também elementos do sistema político ao qual as vezes são censuradas de pertencer diretamente demais” (p.122).*

Neste sentido atribuído pelo autor iremos encontrar as contradições no

âmbito da articulação REBEA/Governo segundo a perspectiva de uma integrante ministérial, para ela:

*“Eu vejo a REBEA muito próxima das políticas que nós, no governo, estamos fazendo. Em parte porque nós somos sociedade civil também, é muito difícil a gente se tornar totalmente governo, é praticamente impossível. Mas eu acho que a REBEA está, talvez, em alguns momentos, um pouco próxima demais, das nossas ações, apesar de que, agora, para esse sexto fórum, nós definimos com muita clareza qual seria a participação do governo federal, no sexto fórum que nós consideramos como órgão gestor mesmo, o nosso grande objetivo é realmente fortalecer a REBEA, mas que ela se auto fortaleça. E, paralelamente, é nós trabalharmos nessa interlocução do governo com as redes e fazer com que as redes realmente exerçam esse papel de controle social. E a REBEA, acho que ela se mostra muito mais forte do que, inclusive, outras redes, quando têm algum problema que coloque em cheque a educação ambiental(...) ela se mobiliza e atua mesmo” (E.2.G).*

### **7.3.2**

#### **A Rede em movimento**

As relações da Rebea com o governo federal apresentam-se, portanto, na perspectiva dos educadores ambientais integrantes dos órgãos de governo entrevistados aqui e na perspectiva da atual secretaria executiva da REBEA e seus apoiadores como: positiva, salutar, amigável, *de parceria* e continuísta. No entanto, dos entrevistados que se opõe a atual secretaria executiva e que integraram as anteriores gestões de secretarias executivas da REBEA, parte a crítica mais contundente nas aproximações REBEA/ governo federal. Para este segmento, esta aproximação tem um contexto histórico específico descrito da seguinte forma:

*“Eu acho que isso aconteceu por diversas razões,( a aproximação*

*Rebea/governo federal) mas uma coisa que deu um problema muito sério na REBEA, foi que muitas das pessoas que eram lideranças ativas na rede, foram trabalhar no Ministério e sempre há uma certa fusão na cabeça das pessoas, quando elas saem do espaço público e vão para estrutura de governo, elas não percebem que é um outro lugar, que elas não estão mais como cidadão no espaço público, elas estão dentro da estrutura do Estado, elas estão dentro de outro lugar, e as pessoas todas têm muitas dificuldade com isso, tanto que esse pessoal, quando vai publicamente falar, sempre faz questão de dizer: "eu estou aqui pelo governo, mas estou como cidadão", as pessoas não sabem na verdade como se colocar nos espaços, é complicado porque você fala como poder do estado, mas que você quer ser visto como cidadão sem poder, só com o poder da ação política, e isso é complicado na cabeça das pessoas, então lideranças importantes foram para ali. (...) então todas essas pessoas lá no Ministério, eu acho que criou uma dificuldade muito grande entre todos, os que estavam no estado e os que estavam na rede e nas organizações, em conseguirem perceber essas mudanças dos papéis, e hoje eu vejo que a REBEA é agenciada pelo governo, e hoje uma das formas de você ver a questão da horizontalidade na rede ou seja relação de subordinação e de autonomia, é só você ver de onde sai as iniciativas, quem propõe? Quem enuncia? Porque a rede na verdade é um espaço de conversação, quem faz os enunciados? Quem faz os enunciados te dá uma idéia, te mostra quem puxa a ação da rede. Então se você tiver uma análise, a partir do registro da lista, que é o trabalho que estou fazendo agora, mas com outra intenção, você vai perceber, que todas as últimas iniciativas da REBEA, a partir do quinto fórum, foram iniciativas sugeridas ou acionadas pelo governo(...).Eu acho que tem basicamente, em termos individuais, eu acho que existe um problema, que é da relação do cara que era crítico da ação do Estado e que entra no Estado (E.IRO).*

Neste depoimento observamos uma postura mais crítica e antagônica as

perspectivas anteriormente apontadas. Tal fato evidencia que a EA é um cenário de embates, de conflitos, de disputas ideológicas de pelo menos dois grupos de sujeitos ecológicos. Apesar da idéia de uma certa uniformidade neste universo de sujeitos apresentado por Carvalho(2001), neste momento observa-se no seio do *campo* da EA uma disputa simbólica com posicionamentos políticos distintos e opostos. Por um lado, um grupo que defende a idéia de que o movimento ambientalista, representado na figura da REBEA, está e deve estar alinhado com as propostas governamentais do momento, uma vez que o pensamento político hegemônico (de esquerda, representado pelo governo Lula), estaria alinhado e seria coerente com o que se preconizaria numa EA crítica. Para este grupo, a relação é de *parceria*, de *co-gestão*, de *democracia participativa*. Este grupo está coerente, portanto com o que autores como Santos(*op.cit*) vem denominando de “novos movimentos sociais”.

Já o outro grupo, se posiciona no sentido de não aceitar a *subordinação e a perda de autonomia* do movimento social representado pela REBEA que ao alinhar-se as políticas e ações de governo, estaria se comportando de forma *acrítica*. Assim, a REBEA estaria aceitando a ingerência do estado que estaria *agenciando-a*, tornando-a quase uma *agencia* de projetos governamentais. Portanto, neste segmento, ao invés de *parceiros*, a REBEA e o governo estariam travando um conflito simbólico, e neste confronto, segundo o depoimento, o Estado estaria sendo beneficiado ao *incorporar* indivíduos em seus quadros. No depoimento destacado, este sentido é visto como perda de autonomia, ou seja, da capacidade de se posicionar de forma independente e crítica do governo.

Neste sentido, dois pontos que precisam ser analisados. O primeiro diz respeito ao esvaziamento do movimento social pela migração de lideranças para o setor governamental. Já o segundo diz respeito a percepção, no depoimento, que aliás é comum nos demais depoimentos deste segmento de que a REBEA estaria atuando de forma subordinada e sem autonomia em relação ao governo.

A migração de lideranças do movimento ambientalista representado pela REBEA para o governo é o exemplo da transformação que os movimentos sociais sofreram nos anos 90. no caso da militância ambientalista, fica evidente a necessidade de estudos mais aprofundados que possam verificar a intensidade desta movimentação, seguindo o itinerário, ONGs e governo. É certo que muitos destes indivíduos ao saírem do governo migrem novamente para os movimentos

sociais e para as ONGs, fato que deve trazer no futuro, novas implicações sócio-políticas.

Este aspecto é inclusive, visto com apreensão por um dos entrevistados:

*“ eu acho que isso não é só no lado da educação ambiental, e nem no movimento ecológico, eu acho que isso é um fenômeno do Governo Lula, e que isso explica uma parte da paralisação da ação política na sociedade, eu acho que é um problema bem sério que a gente vive hoje no Brasil, acredito que esses setores, mais intelectualizados e técnicos da classe média que faziam ação política nas ONGs e que foram todos trabalhar no governo, com vontade, e que as pessoas não conseguem lidar com isso... não no sentido moral, mas de uma forma produtiva para a sociedade”. (E.3RO).*

Um outro aspecto importante a ser observado sobre este item é também o abandono de uma postura reivindicatória, denunciante, capaz de exercer pressão sobre os setores oficiais através da militância, característica nos chamados *ecochatos*, para uma postura de *parceria*, de *tecer coletivamente*. Este é certamente um aspecto que se abre como uma janela para pesquisas futuras neste campo, pois fazem brotar questões a partir desta *nova* postura do movimento social *parceiro* do estado. Estaríamos observando uma nova configuração política? A indagação faz sentido ao observarmos que governo e REBEA formam um único tecido, na perspectiva dos “novos movimentos sociais”. Este tecido é um mosaico, uma *outra rede* produzida pelos movimentos entre os atores que configuram este cenário. Podemos indagar então: *a rede da rede* seria um novo *modus operandi* político que teria no cenário, no espaço discursivo da EA, encontrado solo fértil para se manifestar?

As características do debate profundamente político, proposto pelo *campo* da EA, estaria alinhado portanto com o que se vem configurando como uma nova expressão da cidadania e da democracia, deixando de ser *representativa* para ser *participativa*. A EA seria então, além de uma revolução paradigmática para a educação em si, mas também seria uma espécie de balão de ensaio político, para a

experimentação de novas formas de expressão e articulação entre governo e sociedade. Cabe indagar assim: a EA enquanto espaço de experimentação de uma cidadania ativa e participativa, estaria sendo o palco, cenário para um ensaio de uma possível democracia participativa? São questões que podem ser levantadas aqui para estudos posteriores.

Por fim, um último aspecto para ser discutido diz respeito a que autonomia se fala quando se questiona a falta de autonomia da rede? A depoente destaca em sua fala que nos espaços discursivos da rede, quem enuncia o discurso, quem provoca e movimenta a rede é quem enuncia, quem promove a rede e neste espaço a atual ação do governo seria bastante contundente. Tal fato poderia estar então, denotando uma mudança de posturas no comportamento dos dirigentes governamentais?

### 7.3.3 Movimento em rede e rede em movimento

As questões apontadas acima, desvelam para a necessidade de estudos que correlacionem os jogos discursivos e enunciativos com a idéia de autonomia, pois para a idéia de rede de movimentos sociais, como discutimos no capítulo 6, horizontalidade, autonomia, autopoiese (Maturana, 1998) e transversalidade são elementos indispensáveis para o exercício pulsional da rede, para que ela se mantenha homeostática e viva. A interferência neste movimento particular, próprio das redes, perturbaria a sua auto-organização e sua *autopoiese* comprometendo seu dinamismo e autonomia. Maturana (*op.cit*), nos lembra que a idéia de rede de conversação que para ele significa:

*“O conversar é um fluir na convivência, no entrelaçamento do languagear e do emocionar. Ou seja, viver na convivência em coordenações de coordenações de fazeres e de emoções. Por isso é que digo que tudo o que é humano se constitui pela conversa, o fluxo de coordenações de coordenações de fazeres e emoções. Quando alguém, por exemplo, aprende uma profissão, aprende em uma rede de*

*conversações.”<sup>1</sup>*

Baseando-nos no autor podemos inferir sobre o fato de que as redes de conversações estabelecem fluxos de emoções e ações de uns com os outros e é justamente isto que se faz presente na formação e consolidação das redes sociais, conforme analisamos no capítulo 6. a dinâmica das redes sociais, portanto, é fluida e se movimenta de acordo com o conjunto de *emoções e fazeres* produzidos no fluxo das inter-relações dos indivíduos de uma certa rede que co-coordenam-se entre si em um operar constante.

Tal aspecto pode ser notado quando os entrevistados manifestam as suas percepções sobre as dificuldades que estão presentes no funcionamento e operação destas redes sociais que são também redes de conversação e que co-coordenam o operar em fluxo de seus membros, como podemos notar na fala abaixo:

*Mas é que esse problema de rede não funciona assim do jeito que as pessoas querem fazer, entende? Porque na verdade você vai para rede, que tem um cenário de uma outra ação política, que tem uma proposta de uma outra ação política e as pessoas se comportam nas redes, com o mesmo comportamento que elas têm nos conselhos, nesses coletivos de ONGs etc. que é extremamente vertical, competitivo. Então, não existe uma cultura política que permita as redes se desenvolverem na radicalidade que elas prometem, então, na verdade, a gente tem morfologia de rede, movimento de morfologia de rede, mas que não tem dinâmica de horizontalidade” (E.2.RO).*

A dinâmica da horizontalidade apresentada neste trecho acima, quer dizer, como pudemos observar em outros momentos a característica das redes que pressupõe uma aceitação mútua sem hierarquizações. Este processo dinâmico e

---

<sup>1</sup> Entrevista ao site <http://www.humanitates.ucb.br/2/entrevista.htm> acessado em 2 de outubro de 2007.

não hierarquizado é percebido pelo entrevistado como um pressuposto das relações interpessoais que estabelecem o *princípio da organização em rede*. No entanto, este *princípio*, seria algo a ser apreendido e que se oporia a cultura da verticalidade experimentada nas outras estruturas representativas como *conselhos* e outros *coletivos*, nos quais a experiência seria mais *verticalizada*, ou seja, hierarquizada.

Aqui, podemos indagar se embutidos na temática e no discurso das redes, pode-se notar a intenção de uma participação mais ativa dos indivíduos convivendo no espaço não-hierarquizado das redes, em outras palavras, pode estar denotando a incorporação da idéia de rede para tentar expressar de outra maneira a mudança de uma postura representativa dos espaços de cidadania, para uma postura mais participativa. A idéia de rede, portanto, açambarcaria a idéia de democracia e cidadania participativa e a rede seria a estrutura democrática que possibilitaria tal transformação.

Assim a REBEA desponta como um grande projeto articulador, forte em alguns momentos e frágil em outros. A rede está em movimento. Ela se ativa e se desativa em função de processos de motivação internos e de provocações externas que a mantêm operante, ativa, ou inativa. A tendência da rede, no entanto, é a inatividade, se não houver estímulos internos ou externos a rede tende a se tornar inativa. Assim para este educador ambiental, a REBEA vai ganhando sua legitimação a partir de suas movimentações e ativações, a partir das provocações que ela sofre. Nestas reações, a rede vai se instituindo como um grupo específico de pessoas num fluxo constante:

*“Hoje eu vejo que a (REBEA), ela tem assim uma grande responsabilidade, hoje ela já tem reconhecimento nacional, ela é reconhecida nacionalmente, foi uma das primeiras redes que nós tivemos de educação ambiental, ela tem uma revista, ela tem uma secretaria executiva, o que eu acredito é que ela está passando por um período de dificuldades, que é um pouco (por empenho) das pessoas, e que as pessoas perceberem que elas são sujeitas desse processo e que elas possam estar um pouco mais facilitando e provocando a rede como um espaço*

*de interlocução. Ela meio que ficou um pouco apagada ultimamente, de uns três, quatros anos para cá (...), por exemplo, que tem provocado muito a rede e tem a (...)[cita o nome de uma importante educador ambiental] lá de São Paulo, que também tem provocado muito a rede, mas os educadores da rede têm oferecido muito pouca resposta, no sentido de fazer uma rede ativa, articulada, (independente), e eu me incluo nisso, porque eu também sou um educador da rede e a rede só será viva, atuante e vibrante se todos nós estivermos provocando, e cada um fica um pouco na sua ONG, ou no seu espaço junto ao público, ou na sua universidade, ou nos seus estudos acadêmicos, ou na sua militância e às vezes não tem muito tempo para estar dedicando ao fortalecimento da REBEA, que tem que ser fortalecida mais ainda.” (E6. R. P).*

A REBEA apresenta uma facilidade de articulação, mobilização, portanto, diante de provocações externas ou internas, na visão desta entrevistada, um episódio específico serviu de exemplo para ilustrar este processo:

*“E a REBEA, acho que ela se mostra muito mais forte do que, inclusive, outras redes, quando têm algum problema que coloque em cheque a educação ambiental. Então aconteceu isso quando o Cristóvão Buarque apagou do MEC a educação ambiental, e a REBEA se organizou com muita rapidez, isso mostra que quando tem alguma ação focal, alguma urgência, a REBEA consegue se mobilizar com muita rapidez, quer dizer que ela existe, que tem vida. Aconteceu isso também quando a Monsanto (...) entrou em umas seis secretarias de educação e começou a trabalhar com professores diretamente. A REBEA começou a se movimentar, isso fez com que o Órgão Gestor se pronunciasse e fizesse uma ação que deteve esse projeto da empresa. “Então foi uma ação que a rede se mostrou muito*

*forte e muito organizada, ao mesmo tempo ela exigiu do governo uma posição e foi muito interessante como demonstração da vitalidade da REBEA.” (E3 R0).*

Há um ponto que pode ser observado no final desta colocação que é a visualização da rede como um movimento de pressão social. Este ponto de vista é coerente com a posição que o entrevistado ocupa, mas difere ligeiramente da perspectiva da atual direção executiva que não vê a REBEA como um movimento de pressão contra o governo, como já pudemos analisar anteriormente.

Já para este outro educador ambiental, que foca a sua fala sobre os movimento das redes de ativação e desativação, há marcos históricos importantes que levaram a uma articulação maior e conseqüente mobilização e participação sociais. Em sua ótica, esta movimentação pode ser lida da seguinte forma:

*A rede, ela teve momentos que esteve em trabalhos mais efetivos de educadores e em outros momentos esteve quase parada. Alguns anos atrás, quando a rede estava muito desarticulada, alguns educadores se reuniram e decidiram rearticular a rede, isso deve ter sido pelo ano 2000, não lembro mais a data, nós resolvemos criar um projeto de extensão aqui na universidade para poder sediar oficialmente a rede de educação ambiental do Rio de Janeiro(...) [de forma articulada a REBEA] A rede hoje, aqui no Rio de Janeiro, tem toda sua documentação, que aliás foi um problema que tivemos que enfrentar, ela passou por várias ONGS, algumas fecharam outras não fecharam, mas tiveram alguns momentos de mais movimentos, menos movimentos, também algumas brigas com atores que faziam parte da rede, e aconteceu que os documentos da rede ficaram espalhados por várias instituições e por várias pessoas, então mais ou menos em 2000 ou 2001, achamos que tínhamos que resgatar essa documentação e armazenar em um lugar mais seguro e um lugar mais neutro que talvez pudesse guardar a memória da*

*rede de educação ambiental” (EARP).*

Aqui, cabe destacar além da questão da ativação e desativação que é percebida como momentos de maior ou menos graus de articulação entre os educadores ambientais, que o momento do *encontro* de educadores, foi importante ocasião para a tomada de decisão do grupo. Assim, pode-se observar que os principais momentos de tomada de decisão da REBEA acontecem nos encontros de educação ambiental, nos fóruns principalmente, os quais foram analisados no capítulo 1, enquanto momentos de fundação, consolidação, revisão, articulação da EA brasileira. Muito embora estes eventos sejam polifônicos dali emergem sentidos para uma EA brasileira, na perspectiva da REBEA, como podemos inferir a partir da fala acima.

Outro ponto que deve ser observado neste recorte é a questão da *materialização* da rede. o processo de institucionalização da rede passa pela documentação, registro, memorização de suas experiências e este movimento irá nos conduzir ao debate de sua legitimidade legal institucional, tema amplamente debatido nos ambientes de redes dos educadores ambientais, pois iremos encontrar posições díspares contrárias e favoráveis a instituição legal da REBEA, por exemplo.

A questão que se coloca é, portanto, a da representatividade, que se posta anunciando a necessidade de repensarmos os padrões legais que autorizam e legitimam coletivos como é o caso das redes. A questão aparece na fala de um dos entrevistados da seguinte forma:

*“A Rede tinha que ter um tipo de documento, que diz tinha que ter norma de convivência, não um estatuto, que estatuto estaria ligado a uma organização que não estaríamos. Na verdade existe a discussão do modelo do que é uma rede. Tem gente que acha que, por exemplo, uma rede tem que ter representatividade, nós estamos com um problema agora, que hoje vou tentar resolver, porque eu recebi uma ligação que a rede seria uma representação que não teria direito a voto, mas teria direito a participar, e a solicitação viria pra mim, para que eu encaminhasse a rede, o endereço da ONG*

*(...) porque eu passei essa demanda pra lista, pra saber quem é que vai se a rede não tem tantas atividades, se eu não posso dizer que estou representando a rede, como é que eles sabem a pessoa que vai estar lá representando? Porque quando vai alguém da ONG essa pessoa está representando a ONG, quando vai alguém da secretaria de governo, representa essa secretaria de governo, porque tem gente que está ali como instituição, e tem gente que está ali como CPF, só com o CPF não está representando nenhuma instituição, ela é ela como educador ambiental, e aí como é que fica? Isso é um problema pra gente resolver(...) nesse momento é um problema, quando Brasília chamar a rede, quem vai? O Cara que não está nem presente na lista? Mas que nunca fala, mas sempre está ouvindo e acompanhando, os que falam mais? Os facilitadores? É um negócio complicado. Na próxima reunião da rede então estaremos escolhendo os facilitadores.” (E6RP).*

*A questão da representatividade é de fato uma das mais desafiadoras neste novo tipo de articulação social. Parte dos educadores ambientais é contrário à idéia de um estatuto, pois em sua visão, este viria a instituir uma certa hierarquização dos integrantes e a rede perderia assim, a sua horizontalidade. Na ótica deste educador a rede seria a ampliação do espaço público, em suas palavras:*

“Eu acho que o espaço da rede não é um espaço representativo de uma posição de educadores ambientais. Eu acredito que a rede pode ser uma iniciativa muito boa, uma inovação muito boa enquanto espaço publico, é uma ampliação do espaço público, inclusive para o espaço virtual, as listas, a internet, sites, tudo mais ao encarar a rede nesta perspectiva ela perde a função de ser representativa de uma posição, nessa minha ótica, a rede precisa ser um espaço de manifestação de articulação de

desvelamento, de conflitos presentes na sociedade então eu acho que a rede é o lugar ótimo para aparecer um embate entre uma perspectiva mais crítica e outra mais conservadora da EA e se ela é um espaço que vai deixar isso acontecer e as pessoas usarem este espaço para se relacionar ao participar do conflito a rede não tem como se representar. A rede, então se for vista como um espaço de reunião eu acho que as, como um grupo de pessoas que tem identidade que faz com que as pessoas que estão ali se relacionando criem essa identidade (...) as pessoas são as redes porque se identificam com a EA” (E.6 RP).

*Na linha de raciocínio deste entrevistado, surge além da questão da representatividade o problema da identidade e de uma certa “cultura de rede” que é melhor explicitada na entrevista seguinte:*

“A sustentabilidade financeira é um nó, porque no momento em que ela não é institucionalizada você tem dificuldade na estrutura, não só na captação de recursos, então a gente não tem CNPJ, não tem uma renda permanente, então até pra você correr atrás de recursos, você tem q conseguir uma estrutura mínima, então não tem CNPJ por que (...) senão perde o fundamento, aí você tem que eleger uma diretoria etc. o que nós fazemos é buscar através das nossas instituições elo, buscar recursos para realizar os projetos da rede (...). (E1 RP)

*A questão da representatividade, no entanto, não é o único ponto de impasse, impeditivo ao desenvolvimento da REBEA. A questão da sustentabilidade financeira no terceiro setor, como já colocamos anteriormente, está associada às transformações recentes neste segmento social e aparece listada acima. Ainda no decorrer da entrevista, se apresentou um outro ponto de impasse que merece ser analisado:*

“A outra questão é um trabalho longo e árduo que nós ainda temos pela frente que é a disseminação da cultura de rede (...) atuar no verdadeiro entendimento da cultura de rede do que seja viver em rede atuar em rede, trabalhar em rede viver em rede, porque o discurso das redes também ficou popular, muita gente fala de rede, mas a prática da rede no dia a dia ainda é muito difícil (...) então hoje até tem pessoas que fazem parte da lista da REBEA que fazem uns comentários que nossa! São incompatíveis com própria missão da REBEA e a REBEA tem como carta de princípios o Tratado [(referindo-se ao *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis*)], então é uma postura incompatível com o tratado então o que se faz? Você não sai expulsando as pessoas né? É uma conquista longa e demorada (...) então você conseguir trabalhar bem a disseminação da cultura de rede e fazer com que as pessoas saibam que a REBEA existe e que todo e qualquer um que acredite nessa proposta já é REBEA, que não é aquele grupinho para poucos eu acho q esse movimento de se fazer... compreender a cultura de redes e que se possa haver das pessoas um sentimento de pertencimento” (EIRP).

Aqui observamos um conjunto de elementos norteadores para a participação e *pertencimento* às redes, no caso a REBEA. Como vimos no capítulo 6, as redes são movimentações sociais e constituem-se seguindo princípios ético-políticos (Santos, 1998). Há portanto, um ideário, uma rede ideal almejada pelo grupo que hoje está alinhado a secretaria executiva. Esta noção de *pertencimento* e de grupo, aliada a perspectiva de um projeto de auto sustentação financeira podem caracterizar a REBEA como um projeto institucional inacabado, fato que explicaria o seu posicionamento submisso frente a estruturas que possibilitasse a realização de seus ideários.

A seguir, baseados nas considerações teóricas do capítulo 3, sobre o processo de institucionalização, tentaremos traçar um quadro esquemático do posicionamento dos três distintos grupos de educadores ambientais entrevistados,

uma vez que se supõe, cada um deles irá situar-se político e institucionalmente em lugares institucionais diferentes.

#### **7.4 A instituição EA**

Tomando-se como unidade de análise a perspectiva da análise institucional de Eugéne Enriquez(1984), para o autor:

*“Uma organização influente é aquela capaz de encontrar um caminho inédito... A definição do caminho depende do grupo que se quer influenciar (o governo, outros grupos, a cidade), o domínio sobre o qual se quer exercer influência (a fome, o modo de vida) e as formas de institucionalização que podem se tornar referência”(p.30).*

Logo, pode-se inferir sobre a possibilidade de a REBEA posicionar-se nesta direção, assim, considerando os diferentes níveis de percepção da realidade e os diferentes níveis de percepções que constituem o espaço institucional, cada grupo de entrevistados, legitimado por um conjunto de regras específicos, empoderado ou empoderado-se simbolicamente, é instituído no contexto mais amplo da EA.

Levando em conta que existem elementos mediadores entre estes grupos e que entre eles possam transitar as contradições existentes, começamos a perceber os grupos de entrevistados diferem coerentemente com relação ao seu posicionamento institucional apresentam-se instituídos de diferentes formas alinhados com a proposição de Enriquez(op.cit), as instituições configuram-se como elementos de regulação social global, apresentando-se como conjuntos culturais, simbólicos e imaginários. Desse modo, elas oferecem uma cultura, isto é, um sistema de valores, normas, pensamentos que modelam as ações de seus agentes. Elas fornecem uma estrutura de referência não só para aqueles que nela se inserem como para a própria sociedade.

Este modelo pode ser observado no movimento ambientalista no desejo de uma sociedade ideal, *sustentável, solidária, fraterna, democrático-participativa,*

*etc.* apresentado em vários momentos através de depoimentos de educadores ambientais. Os educadores ambientais possuem um projeto ideal de sociedade bem definido, embora múltiplo, complexo e por vezes, ambíguo.

Conforme mencionado acima, as instituições se constituem também como sistemas simbólicos, elas se colocam como objetos ideais a serem interiorizados por seus agentes. Segundo Enriquez <sup>11</sup> (p. 57), uma instituição:

*"não pode viver sem elaborar um ou mais mitos unificadores (...) sem contar e/ou inventar uma história que permanecerá na memória coletiva: mitos, ritos, heróis, sagas, cuja função é sedimentar a ação dos membros da instituição, servir-lhes de sistema de legitimação e dar, assim, sentido às suas práticas e às suas vidas. (...) Ela apresenta exigências e obriga a todos a se moverem pelo orgulho do trabalho a realizar: verdadeira missão de vocação salvadora".*

Assim, podemos situar a instituição EA, como um espaço consolidado na sociedade de expressão de um ideal de um sistema de significações e de produções de sentidos capazes de operar nos indivíduos um agenciamento, permitindo-os situarem-se na complexidade do mundo contemporâneo. A EA enquanto projeto institucional, não está apenas no governo, nem na REBEA, mas na relação e na projeção dos desejos dos indivíduos no contexto da projeção de seus anseios e perplexidades diante de m mundo onde tudo se desfaz, liquefeitos (Bauman, 2005), principalmente as relações interpessoais e afetivas.

Portanto a proposta de articulação em rede enquanto movimento político é também uma forma de articulação das subjetividades e, portanto, das necessidades das pessoas de identificarem-se com m projeto de futuro, com um ideal utópico, com uma perspectiva frente ao *esfacelamento do cotidiano*.

Do ponto de vista institucional, há uma possível diferença quanto ao posicionamento dos diferentes segmentos de educadores entrevistados. Possivelmente o grupo formado por integrantes dos órgãos governamentais estaria se comportando como *dirigente* (Enriquez, *op.cit*, Kaes, *op.cit.*). ainda tendo os autores como base, o grupo da atual direção executiva da REBEA estaria se

comportando como *submisso* e o terceiro grupo formado pelos integrantes da REBEA divergentes da atual secretaria, estaria se comportando como *subversivos*. Compondo a pirâmide institucional proposta e analisada no capítulo 3.

Para finalizar nossas análises é importante destacar que a EA no âmbito dos entrevistados integrantes do governo, aparece como um lugar para a realização da utopia, como bem destaca Tamaio (2007) em sua tese de doutorado onde explora a política pública de educação ambiental como produtora de sentidos e contradições através da análise das experiências dos gestores/educadores da DEA/MMA na gestão do Governo Lula no período de 2003 a 2006. Para o autor:

*“Ao assumirem o papel político-administrativo de gestores da DEA, esses sujeitos tinham a responsabilidade de formular programa de política de EA, uma oportunidade de materializar a subjetividade e dar concretude às aspirações que traziam na sua história de vida.” (p.118).*

Assim sendo, os educadores ambientais em âmbito governamental vêm no Estado aliado a interface com os movimentos sociais, representados aqui pela REBEA, a possibilidade de realização de sonhos e utopias pessoais e coletivas.

Ainda para Tamaio (*op.cit*):

*“Nessa direção, a política de EA empreendida pela DEA foi um campo instável e antagônico, mas manteve como princípio a construção de uma sociedade emancipada. Por isso, é possível afirmar que a DEA contribuiu para reforçar posições históricas da EA, como o engajamento sociopolítico que fortalece as esferas de debate e construção da cidadania. A prática social no âmbito do espaço político-administrativo do Estado representou mais uma etapa no cenário de uma narrativa ético-política desses gestores/educadores. Por conseguinte, acrescentou uma dimensão politizadora e reguladora de um processo contra-hegemonico na trajetória da institucionalização da*

*EA no âmbito das políticas públicas federais. Os gestores/educadores atuaram em um contexto de deserto. Reinventaram e reconstruíram crenças, atitudes e posturas de profissionais militantes atuando em uma outra dimensão do poder”. (p.158)*

Fica a indicação de que é possível a existência de um projeto institucional, mesmo que inconsciente entre os educadores ambientais e que o processo de institucionalização pode ter acontecido em função deste projeto ideal e idealizado de estado e também de sociedade.